



# Anais da Assembléia

Nº 26

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 08 DE ABRIL DE 1983

ANO IX

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA  
ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 1983  
(SEXTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Edmar Luiz Costa e Ferrari Júnior.

Às 10:00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nestor Baptista, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Airton Cordeiro, Antônio Anibelli, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Donato Gulín, Edmar Luiz Costa, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Nelson Vasconcellos, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos, Artagão Mattos Leão, Djalma de Almeida Cesar, Ervin Bonkoski, Quielse Crisóstomo (30); achando-se ausentes os seguintes senhores Deputados: Trajano Bastos, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Basílio Zanusso, Edgar Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Fiori Luiz, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Antônio Fonseca, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Pércles Pacheco, Roberto Requião, Sérgio Spada, Tadeu França, Tugio Setogutte e, em licença Wilson Fortes (28).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**Requerimentos:**

**R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado do Excelentíssimo Senhor Doutor DENI LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário dos Transportes, uma pavimentação do trecho compreendido entre a BR-369 e INDÚSTRIA DE ÓLEO DE MAUÁ - PR.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

**R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado da Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, DD. Secretária da Educação e Cultura do Estado, uma construção e instalação de curso de primeiro grau nos Distritos de São José e Nova

Amoreira.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

**R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado do Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, DD. Secretário de Segurança Pública, uma construção de um prédio próprio para o funcionamento do Posto Policial no Distrito de MAUÁ.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

**R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado do Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ CORDEIRO JÚNIOR, DD. Secretário de Saúde Pública do Estado do Paraná, uma construção de um prédio próprio e o imediato funcionamento do Posto de Saúde no Distrito de MAUÁ.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

**R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, officie-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente da FUNDEPAR, solicitar as seguintes informações:

1 — Quais as Prefeituras Municipais que receberam a verba de auxílio aos pagamentos de professores através da FUNDEPAR no presente exercício, e as que prestaram contas referentes ao ano anterior (82).

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1983.

(a) FUAD NACLI

**R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, officie-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando as seguintes informações:

1 — Quais os municípios do Paraná que receberam a verba PRÓ-SAFRA, e os que prestaram conta referente ao exercício anterior (82).

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1983.

(a) FUAD NACLI

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retorno hoje a esta tribuna, para me solidarizar com a classe dos professores do Estado do Paraná, que, durante as eleições, receberam um programa do Governo José Richa, então candidato, onde, no seu 13º item, o Sr. Governador prometia implantar o sistema de eleições diretas para diretores nas escolas de todos

os níveis de ensino, com a participação de professores, servidores, pais e alunos; ainda, em uma mensagem dirigida pelo então candidato José Richa ao Governo do Estado, ele reafirma, aos Srs. Professores, no seu primeiro item, eleições diretas para diretores nas escolas de todos os níveis de ensino; dias depois, já como Governador do Paraná, José Richa vai à imprensa e declara algo diferente do prometido, não cumprindo com as promessas dirigidas à classe dos professores paranaenses.

O Líder da minha bancada, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, recebeu uma carta da Associação dos Professores, assinada pelo seu Presidente, onde faz um apelo à Liderança do meu partido e aos Srs. Deputados componentes da Bancada, para que cobrem as promessas do Sr. Governador, para que ele faça cumprir uma promessa eleitoral que, hoje, pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, — é bonito em campanha eleitoral, prometer que vai mudar tudo, que vai consertar o Paraná que estava errado. Estamos assistindo, realmente, o contrário daquilo prometido, não a permanência do estado de coisas como estava, não piorando a administração do meu Estado, com perseguições ao funcionalismo público, havendo demissões por problemas ideológicos. Alguns ex-funcionários do Estado, que eram detentores de grandes cargos no meu Estado, que fazem parte das fileiras do PMDB, eles próprios condenam, o que era bom para eles, ontem, hoje já não é mais, porque usufruíram do Estado do Paraná — como é o caso de um Deputado hoje da bancada peemedebista, que veio a esta tribuna fazer denúncias ao governo passado onde ele participava com um cargo a alto nível, no Estado do Paraná. Mas, e os professores, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que foram os maiores cabos eleitorais do PMDB, que enfeitaram o atual Senador Álvaro Dias como a figura mais participante, mais participativa da Educação paranaense? Onde está a voz do Senador Álvaro Dias, no Senado ou aqui no Estado do Paraná, para defender os professores perante o seu Governo, e o seu Governador, os seus Deputados e os seus Secretários de Estado? Eleição direta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é aquela em que, tomará posse, aquele que for eleito, aquele que for o mais votado, não, tapear o professor dizendo que eleição direta é lista triplíce onde três são eleitos; ideologicamente, poderá tomar posse aquele que for o menos votado!

Isto é democracia? Ou é querer tapear, iludir, ludibriar o povo do meu Paraná, o povo da nossa terra? !

Srs. Deputados do PMDB, lutem em benefício de serem cumpridas as promessas, sob pena de que o retorno de Vossas Excelências a esta Casa, não signifique mais nada para este Estado, porque tapearam, porque iludiram, porque não cumpriram com as suas promessas.

É este Paraná que espera as promessas, o cumprimento de suas promessas. E nós aqui estaremos atentos, cobrando, porque o povo nos pede.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de ontem, o Deputado Jorge Maia Filho endossou, através de pronunciamento nesta Assembléia, editorial do jornal "Diário Popular", que levantava inverdades contra o meu comportamento funcional enquanto funcionário do Instituto de Terras e Cartografia.

Na verdade, autodefesa não me agrada muito, mas, como não tenho absolutamente nada a esconder da minha vida pública e do meu comportamento funcional, para todos aqueles que tenham dúvidas quanto a essa questão, eu estou disposto

a prestar qualquer esclarecimento, inclusive colocando minha ficha funcional à disposição.

Era só isso. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao reclamarmos a imediata solução do aumento do funcionalismo, não fazemos isto por demagogia. Fazemos apenas solicitando que o eminente Governador José Richa cumpra com a palavra. Palavra feita não em quatro paredes, palavra feita, Sr. Presidente, em palanque de praça pública. O 13º salário à classe menos favorecida do nosso Estado, o 13º salário, o aumento e pelo menos a esperança.

E, seguindo os ditames da Bíblia: "Nem só de pão vive o homem". Vivemos de esperança com os homens que vão aos palanques iludir a grande massa, iludir os trabalhadores de minha terra, onde diziam que iam transformar esse Estado em uma messe, onde todos teriam vez. Onde tinham vez os fiscais do Estado que, hoje, menosprezados e marginalizados por este moço que ocupa a Secretaria de Finanças, onde todos estão sob suspeita.

Com um remanejamento incoerente, procura fazer o Sr. Secretário, onde estão todos vivendo um clima de desconfiança, com um clima que nunca existiu quando o Governador do PDS e da ARENA, estavam dirimindo e dirigindo os destinos do Paraná.

Hoje, para o Sr. Secretário de Finanças, todos os funcionários que regem a economia do Estado, que cobram o tributo para que nós possamos estar aqui neste intaste, estão sob suspeita. A própria classe está revoltada quando são acusados. Homens que unidos num bloco monolítico, deram a vitória a José Richa. Homens como os professores e as professoras e todos os funcionários públicos paranaenses estão desiludidos. A desilusão chegou antes do que nós esperávamos e diz o adágio talvez fenício ou talvez árabe, "a paciência e o caldo de galinha não fazem mal a ninguém". Haveremos de ter paciência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa do meu Paraná e vocês funcionários públicos, que votaram enganosamente neste governo que está tapeando, neste Governo que não prometeu nada, neste governo que não teve a hombridade que Leonel Brizola teve, ao dizer que quer dar 70 e 80% de aumento e o 13º, que é uma promessa de campanha.

Ninguém é obrigado a prometer, mas somos obrigados a cumprir com a nossa promessa. Nunca jamais, nunca os companheiros do PDS prometera em vão. Então aqui fica um alerta a Sua Excelência o Governador José Richa, com o devido respeito. E a Sua Excelência o patrulheiro Secretário de Finanças, que pare de patrulhar os homens honestos que ele tem em sua Secretaria que tem sob a sua tutela e que não pode botar de per si um fiscal honesto com um fiscal desonesto. Ele não poderia e não teria o direito de chamar todos os fiscais paranaenses de desonestos, porque aí está a arrecadação para dizer ao Paraná que haveremos de voltar em 86 e haveremos de dizer ao povo do meu Paraná: "errar é humano e não continuem no erro". Persistir no erro é burrice. E, funcionários paranaenses funcionários desta Assembléia, funcionários do meu Paraná, com todo o seu discernimento não hão de persistir no erro.

Por isso, dizia mais um adágio: "a esperança é a última que morre". E haveremos de estar aqui, Sr. Presidente, para trazer fatos, não para falar bobagem. Mas para cobrar do Governador José Richa que dê, que cumpra com a sua palavra, porque o homem que não cumpre com a sua palavra não é digno nem de ser respeitado como governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra a Sua Excelência, o Senhor Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Excelentíssimo Senhor Presidente, da Casa, Srs. Deputados.

Acompanhamos com muita preocupação os últimos acontecimentos verificados na Capital de São Paulo, reveladores de uma tensão social indiscutível e merecedores sem dúvida, das preocupações dos setores mais responsáveis, não só da vida daquele Estado, mas de todo o Brasil.

Sabemos já que há alguns meses o Parque Industrial de Curitiba vem sofrendo conseqüências com o desemprego. As indústrias, que até então absorviam a mão-de-obra disponível na Capital e na região metropolitana de Curitiba, hoje já não o fazem com a mesma intensidade e em alguns casos estão dispensando funcionários.

Da mesma forma, preocupo-me com o que acontece no comércio da Capital e no comércio do interior. Tudo é conseqüência da crise. Preocupamo-nos também com o que está acontecendo por razões políticas a nível de administração estadual, onde funcionários de muitos anos de atividade são colocados em disponibilidade.

Tentando contribuir para a solução e encaminhamento destas questões inegavelmente problemáticas, queremos comunicar à Casa, possivelmente na próxima segunda-feira, estaremos formalizando, neste plenário, um projeto de lei que cria o Conselho Estadual de Política de Emprego, composto por representantes do Ministério do Trabalho, do Governo do Estado do Paraná, das classes empresariais e dos trabalhadores paranaenses. Este conselho há de ditar a política que seja mais compatível com o momento atual, não só na tentativa de atacar o problema que hoje já existe, mas como também atuar preventivamente na orientação da atividade econômica de Curitiba e do interior.

Esta quer me parecer seja uma contribuição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e seja, ao mesmo tempo, uma forma de se coobrigar, reciprocamente, todos os que devem se envolver na solução da questão social brasileira, que não pode ser atribuída simplesmente nem ao Governo Federal, nem ao Governo do Estado, nem às classes empresariais e nem aos trabalhadores que, às vezes, por falta de melhor qualificação, não conseguem a sua colocação.

Espero portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Conselho Estadual de Política de Emprego a ser criado mediante um projeto de lei de nossa autoria e para o qual pedimos a contribuição de todos os Parlamentares da Casa, seja um instrumento a mais para aliviar as tensões sociais, especialmente no Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Donato Gulín, inscrito.

O SR. DONATO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando ocupamos esta tribuna pela primeira vez, foi no dia da eleição indireta de Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal de Curitiba. Naquela ocasião, dissemos que estaríamos participando, apesar de sermos visceralmente contrários a qualquer tipo de eleição por indicação, que estaríamos aqui na Assembléia Legislativa atentos aos acontecimentos para elogiar e criticar as atitudes do Deputado Federal Maurício Fruet.

E estamos aqui hoje para elogiá-lo. Elogiá-lo pela atitude que vem tomando com relação à contratação de funcionários. Funcionários que não possuem habilidade profissional técnica no manuseio, na feitura e na limpeza de nossa querida cidade

de Curitiba.

Mas, ao mesmo tempo que elogiamos Sua Excelência o Perfeito Municipal de Curitiba, queremos tecer críticas ao Governador do Estado do Paraná, José Richa, quando aparece nos canais de televisão do nosso Estado e quando se divulga nos jornais do município, dizendo da sua preocupação com o desemprego. Dizendo que marcará audiência com Sua Excelência o Senhor Presidente da República, com relação aos números de desempregados que está aumentando e aumentará dentro da nossa cidade e do nosso Estado. Quando diz isso, mas, ao mesmo tempo, os seus auxiliares continuam demitindo funcionários públicos aos milhares. Qual é o objetivo deste Governo? Em quem nós devemos acreditar? Nas palavras do Governador, que tenta enganar a população do Estado, dizendo da sua preocupação do desemprego? Ou na atitude dos seus Secretários e seus subordinados, quando demitem levas de funcionários que irão se incorporar a esses já desempregados?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda bem que restam alguns poucos dentro deste nosso Estado, conscientes e é aqui que vem a nossa admiração por este homem que agora ocupou a Prefeitura de Curitiba; ao contrário, preocupado, realmente, com o desemprego. Não ouvimos em nenhum canal de televisão; não o ouvimos tecendo críticas em nenhum jornal da Capital, mas sim, tomando atitudes concretas para que se minore o problema dos desempregados de nossa Capital. Oxalá, o Governador Richa se espelhe na figura do Maurício Fruet. (Palmas). (Sem revisão do orador).

O Sr. Presidente (Nestor Baptista) — A Presidência consulta à Liderança do Partido Democrata Social, se fará uso do seu horário. — (Pausa)

Concedo a palavra a Sua Excelência o Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Muito obrigado, Sr. Presidente Nestor Baptista. (Lê):

"Ocupo hoje esta tribuna para denunciar mais uma impostura do Governo José Richa, que vem somar-se aos muitos embustes de que os paranaenses estão sendo vítimas por parte de uma administração que ainda não despertou para o trabalho construtivo, embora há mais de quatro meses soubesse que iria instalar-se no Palácio Iguaçu. Apesar de todo esse tempo o Governo Estadual ainda não se organizou e anuncia que só na próxima semana conseguirá concluir o primeiro esboço do Plano de Governo para o seu quadriênio.

Para administrar, o Governo José Richa permanece mergulhado num sono profundo e quando desperta é para causar novas decepções ao povo paranaense e, em particular, aos seus eleitores de ontem. O Chefe do Governo do PMDB semeia o ódio, na sua vingança incontida contra centenas de humildes funcionários públicos ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas; gera a intranquilidade entre milhares de famílias paranaenses que estão ficando desamparadas pois seus chefes estão desempregados pela prática das demissões em massa no serviço público estadual; e permite o terror, ao omitir-se ante a atuação das patrulhas ideológicas nos mais diversos setores do Governo do Estado.

Além disso, assistimos hoje a imposição do monólogo na administração estadual, tais as dificuldades que estão sendo criadas para o exercício da atividade jornalísticas. Por quê isso?

Decerto com o objetivo de impedir que o povo paranaense tome conhecimento de quanto é falaz o Governo José Richa.

SENHOR PRESIDENTE,

# SENHORES DEPUTADOS.

Nos palanques que antecederam as eleições de 15 de novembro, os pregoeiros do PMDB investiam contra a então Secretaria para o Desenvolvimento dos Municípios, transformando-a no alvo principal de suas críticas. Assumindo o Poder Estadual, baniram-na do contexto administrativo.

Pois bem! Para desmascarar a impostura de ontem e de hoje, o Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde Castor, foi à Brasília, onde definiu com o Secretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, os detalhes finais do Programa de Apoio aos Pequenos Núcleos Urbanos do Paraná, através do qual serão destinados 150 milhões de dólares, a serem contratados com o Banco Mundial, beneficiando 284 municípios paranaenses, numa programação a ser desenvolvida durante quatro anos.

Esse programa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Governo José Richa, o Governo do PMDB, apresenta como sua primeira atividade administrativa, foi elaborado pela Secretaria para o Desenvolvimento dos Municípios, na administração do Senhor Saul Raiz.

Representa um grande esforço do PDS para equipar as pequenas cidades e melhorar sua infra-estrutura, com o objetivo múltiplo de fixar os residentes nessas cidades, tornando mais distributivas as migrações internas e evitando o inchamento das grandes cidades.

Dentre outros muitos benefícios, podemos destacar o imediato sobre as cidades maiores, geração anual de empregos e retorno dos investimentos.

Desejo acentuar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o programa elaborado por Saul Raiz, de apoio aos municípios do Paraná, e que o Governo José Richa pretende apresentar como iniciativa sua - o que não é verdade - prevê um elenco de possibilidades, como, por exemplo, cada autoridade municipal elegerá suas prioridades locais, a cada ano, dentro das possibilidades oferecidas, executando-se, dessa forma, uma política descentralizada das decisões, a partir da desvalorização das reivindicações populares.

Atento às dificuldades financeiras enfrentadas pelas prefeituras, Saul Raiz elaborou esse programa, no qual os municípios receberão 65 por cento do valor global do contrato a fundo perdido, isto é, não terão de ressarcir esse valor, e 35 por cento financiados em 10 anos, com três de carência e juros subsidiados.

Cabe esclarecer, também, que todas as obras de infra-estrutura já dispõem de projetos-padrão nas respectivas empresas concessionárias de serviços públicos. Dessa forma, a COPEL tem seus projetos prontos para a rede de energia elétrica, a TELEPAR para a rede de telecomunicações e a SANEPAR para as redes de água e esgotos.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bancada do PDS nesta Casa, congratula-se com a população dos municípios paranaenses que serão beneficiados com recursos no montante de 150 milhões de dólares, em decorrência do empenho do nosso partido em propiciar novos avanços sociais ao povo de nosso Estado.

Foi graças aos esforços e ao trabalho de Saul Raiz na Secretaria para o Desenvolvimento dos Municípios que o Governo José Richa - o Governo do PMDB - pode deixar sua inércia para apresentar como sendo sua, importante iniciativa administrativa do PDS.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a verdade é que o Governo José Richa acabou por apropriar-se de um programa de grande alcance social, para o qual não deu nenhuma contribuição.

Aí está, Senhores - como no caso do aumento semestral para o funcionalismo, no 13º salário para os servidores, na escolha de professores para dirigir escolas, no livre acesso da

imprensa, do rádio e da televisão às fontes de informações nas Secretarias de Estado, a prova de que o Governo José Richa - o Governo do PMDB do Paraná - tem uma grande incompatibilidade. A sua incompatibilidade com a verdade.

Muito obrigado."

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).** — Deputado Luiz Alberto, Vossa

Excelência nos honra e temos orgulho, cada vez mais, em termos Vossa Excelência como nosso Líder.

Agora, o despotismo que está sendo aplicado no Paraná, existe desde os tempos de Calígula, tempo de Nero, daquele moço, o Idi Amin, Hitler, Mussolini, Stalin. Todos fizeram esta programação e todos tinham a sua patrulha. Vossa Excelência é conhecedor da história universal, sabe que Calígula dizia ao povo que estava tudo bem; em seus banquetes reunia a sua "gay", e o povo que se danasse.

Hoje, Deputado Luiz Alberto, graças a Deus, o Paraná tem homens como Vossa Excelência, tem homens como os nossos companheiros da Bancada do PDS que não têm outra mensagem a não ser a mensagem das mãos limpas, a mensagem de trabalhar e lutar em benefício do nosso próprio povo. Quero parabenizar-me com Vossa Excelência. E, o que estamos antevendo no Paraná, é um Governo de Calígula! Os calígulas se repetem, os Hitler(s) se repetem, os Stalin(s) se repetem, estão se repetindo aqui na Assembléia onde há ditadura, onde oitenta por cento dos funcionários da Assembléia votou no PMDB, e, hoje, estão sendo patrulhados, e, quando se levanta uma voz nós somos atacados!

A História haverá de dizer, Deputado. A História haverá de dizer! Queremos passar pela História, pelo menos com o nosso dever cumprido, e não, através de uma página negra como nós estamos antevendo, se continuar este desmando no Paraná, onde, pais de família, apenas por suspeitas, são postos no "olho da rua", só porque não votaram num eminente Calígula, num eminente Nero, num eminente Stalin, num eminente Hitler, ou num eminente Mussolini!

Então, estaremos aqui, Deputado, porque aqui, embora não queiram os peemedebistas, estaremos, pela vontade do nosso povo e haveremos, enquanto houver uma voz, enquanto houver um suspiro, de estar ao lado de Vossa Excelência, em nossa bancada. Os nossos eminentes companheiros do PMDB que digam onde falhamos e nós haveremos de dizer onde estão as suas falhas.

Obrigado.

**O Sr. Donato Gulin** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Agradeço o aparte concedido, e queria informá-lo, nobre Deputado, Líder do nosso Partido, que, para fazer frente à patrulha ideológica do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, pretendemos criar, na próxima semana, a Associação dos Flagelados do governo Richa.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Deputado Luiz Alberto de Oliveira, honrado e inteligente Líder do PDS nesta Casa, Vossa Excelência acaba de trazer à Assembléia Legislativa o programa de Governo elaborado pelo então candidato do PDS, Engenheiro Saul Raiz, tão criticado em praça pública e contra quem tanto tentaram jogar a comunidade paranaense jogá-la contra uma das figuras mais honradas que o Paraná tem, que é o Engenheiro Saul Raiz. Apegavam-se, as oposições, apenas ao fato de que o Engenheiro Saul Raiz era aposentado prematuramente, pelo Tribunal de Contas do Estado. Saul, que fora aposentado, usando do direito de uma lei elaborada por Parlamentares hoje pertencentes ao PMDB, e que usou do direito da lei, apenas para servir o Estado como Secretário, no Governo de Paulo Pimentel! Hoje, Deputado Luiz Alberto, o Saul já não é tão ruim para o PMDB, porque eles estão usando

de um trabalho seu, exaustivo, juntamente com sua Assessoria, na extinta Secretaria do Desenvolvimento dos Municípios, para administrarem o Paraná de hoje!

Quando nós escolhemos o nosso candidato, Deputado Luiz Alberto, não pensamos em uma figura eminentemente política que tivesse a simpatia da população, para ganharmos, com facilidade, uma eleição, mas, pensamos, num Paraná para os nossos filhos, para os nossos descendentes. Foi por isto que o PDS lançou o candidato, candidato que foi derrotado, mas, se eleito houvesse sido, Deputado Luiz Alberto, não estaríamos nesta Casa cobrando programa de Governo, porque ele já tinha um programa previamente elaborado. Não esperava apenas por eleições porque o Paraná não é Paraná apenas, em época de eleições, é um Paraná do futuro, é um Paraná permanente! Está de parabéns Vossa Excelência em analisar, no seu discurso, com profundidade, um projeto de um Governo que o Paraná não teve. Saul Raiz.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu agradeço ...

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Líder Luiz Alberto de Oliveira, ouvimos atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência e os brilhantes apartes que lhe foram conferidos pelos nossos companheiros do PDS.

Lembramo-nos, igualmente do esforço, que a equipe de Saul Raiz desenvolveu, para que os municípios paranaenses pudessem ter um alento, através dos recursos originários do Banco Mundial. Naquela oportunidade, apresentamos as nossas congratulações àqueles técnicos, àqueles dedicados cidadãos, pelo desenvolvimento daquele programa.

Lamentamos, o não reconhecimento daquele trabalho por parte de muitos que compunham a então Bancada da Oposição, que criticavam o Secretário Saul Raiz, que criticavam também o Secretário Lumobir Ficinski, que deu continuidade àquele trabalho. Mas, hoje, aqueles mesmos críticos, certamente estão apresentando as congratulações à atual equipe que está levando avante o programa tão bem elaborado por Saul Raiz e sua equipe de trabalho.

Lembro-me deputado Luiz Alberto de Oliveira, de uma antiga ilustração que o meu respeitável pai trazia nos serões que apresentava à família. E dizia: "meus filhos, lembrem-se sempre de um fato, se vocês olharem para uma roda, para um ponto desta roda, poderão observar que num determinado momento desse ponto ele está em cima e no outro momento ele está embaixo. E esta roda apresenta muitos círculos muitas seqüências". E é uma verdade, Deputado Luiz Alberto, é uma verdade que se aplica à política também. Os críticos de hoje, no Poder de ontem e no Poder hoje, estão aceitando, estão levando avante aquele ponto de vitória para o Paraná. Mas devem se lembrar, do trabalho daqueles que fizeram a parte mais difícil, os contatos mais difíceis para que, hoje, o governo José Richa pudesse apresentar esta grande e primeira vitória do seu Governo.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte do eminente Deputado Ezequias Losso, e quando Vossa Excelência lembra um aconselhamento paterno, eu me permito cumprimentar a Vossa Excelência e ao seu pai, homem ilustre público, ilustre homem público do Paraná, que, pode, ao longo da sua vida pública, da sua vida familiar revelar ao Paraná não só o seu trabalho pessoal desenvolvido ao longo de sua vida, mas, também, trazer para a difícil e ingrata tarefa da vida pública, homens da estirpe de Vossa Excelência, do ex-Deputado Igo Ivant Losso e do Líder do PDS na Câmara Municipal, Vereador Santiago Losso.

E termino, Sr. Presidente, colocando à disposição dos Prefeitos do Paraná, do PMDB e do PDS, e também dos eminentes Deputados do PMDB, à disposição de Sua Excelência

a cópia do programa, dizendo que os Prefeitos do Paraná podem começar a bater nas portas do Palácio Iguazu do Paraná e das Secretarias porque vão jorrar os dólares; os dólares que ontem eram os dólares malditos, hoje são os dólares benditos para o Governo José Richa.

Para que Vossa Excelência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenham uma idéia dos investimentos totais do programa durante quatro anos, de 150 milhões de dólares, 90 milhões de dólares serão aplicados em infraestrutura; 22 milhões de dólares em equipamento urbano; 30 milhões de dólares na área social e 7 milhões e meio de dólares na assistência técnica às obras a serem executadas.

Estão aqui relacionadas, Sr. Presidente, Srs. Deputados todas as cidades com número de habitantes, com a taxa de retorno deste programa, porque analisei, Sr. Presidente que este programa consta com 60 por cento de recursos a fundo perdido.

Os municípios e /ou o Estado vai arcar com 30 por cento do pagamento em 10, anos com juro subsidiado. Mas, mais, Sr. Presidente, o programa da forma como foi concebido dá oportunidade para que as Prefeituras façam obras, e sobre estas obras estabeleçam cobranças de taxas, de tal forma que possam criar fundos para novos investimentos urbanos e para com estes recursos gerados pelo financiamento possam também pagar o financiamento que conseguiram 60 por cento a Fundo Perdido.

Este é o programa que o Governo José Richa recebe de mão beijada. Está a prova aí, Sr. Presidente, que o Paraná não foi entregue falido, não foi entregue quebrado. É só ler o Diário Oficial.

Por exemplo, na Secretaria dos Transportes, ainda ontem li o Diário Oficial a contratação de uma obra para a execução de uma estrada asfáltica, 22, 23 quilômetros. Sabem o custo do orçamento desta obra? Mais de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros. Provavelmente Sua Excelência o Sr. Deputado Deni Schwartz, Secretário dos Transportes não é um homem leviano que vá contratar uma obra com uma poderosa empreiteira deste Estado porque não tenha recursos. Ele seguramente sabe que existe recursos para a execução desta obra.

Este é o Paraná, o Paraná feito, o Paraná com estrada asfaltada, o Paraná com telefone, o Paraná com escolas, o Paraná em estágio de desenvolvimento que o Governo José Richa recebe. Cabe a este Governo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, corrigir os eventuais e equívocos no processo de desenvolvimento estadual. Não apenas, Sr. Presidente, ficar fazendo da palavra a sua única atitude administrativa; não apenas, Sr. Presidente, renovando em todos os atos públicos do Governo José Richa a sua incompatibilidade com a verdade, a sua incompatibilidade com o cumprimento da palavra. Porque o homem público e honesto e honrado da vida não é apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquele que não se locupleta, aquele que não se locupleta com os recursos públicos.

Mas é sobretudo o homem que sabe resgatar os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. É aquele que não frauda, não rouba e confia no povo.

E hoje o que nós estamos verificando em tantos setores da atividade governamental é a falta do cumprimento da palavra do Governador José Richa e da sua equipe.

Por isto, Sr. Presidente, ao tempo em que registro a minha satisfação pessoal, a satisfação da minha bancada pelo Governador José Richa e o seu Secretário do Planejamento, que aceito o programa José Richa ao tempo em que me congratulo com milhares de paranaenses que terão a possibilidade de mais estrada, mais luz, mais energia, mais escola, mais título de terra, mais assistência à agricultura...

Lamento que esta Casa ainda não tenha recebido, para um amplo debate democrático, um programa de ação governamental

de José Richa, ou sequer, Sr. Presidente, um roteiro de ação administrativa.

Não, Sr. Presidente, o que se vê apenas é a incompatibilidade do Governo José Richa com a verdade e até a falta de humildade em relevar que sua primeira ação administrativa é a ação que herdou do ilustre Engenheiro Saul Raiz.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No horário destinado à Liderança do PMDB, consulto a mesma se fará uso da tribuna.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A história política ensina que é comum a posição: a um determinado Governo iniciar, efetivamente, a sua oposição, depois de um determinado período, depois de alguns meses, três meses, quatro meses, seis meses, para depois iniciar as críticas, aponta as falhas, os erros. Isto é absolutamente normal e quem está no Governo tem que se habituar a receber as críticas, as indicações, as proposições.

Mas, no que se refere ao Governo do Estado do Paraná, é a Bancada do PDS, a gente fica, porque não dizer - estupefato. Desde o primeiro dia da posse do Governador José Richa, já se iniciava um movimento massacrante de oposição a um Governo que não está no Poder sequer há um mês. E conversando um dia destes com um amigo, cujo nome omito, um político de destaque e inteligente, ele me dizia algo que realmente concordo. Dizia este amigo: o Paraná passou por uma transformação, daí a posição do PDS em criticar até antes do tempo. Passou por uma transformação histórica. O Paraná foi dirigido, ao longo dos anos, por aqueles que se fizeram do Paraná, aqueles que se fizeram às custas do Paraná.

Hoje, a história mudou. Hoje, o Paraná está sendo dirigido por aqueles que fizeram o Estado do Paraná. Aqueles que engatinharam na política, que fizeram parte da política, que lutaram, que usaram uma trincheira de luta contra a ditadura, contra perseguições, estes que fizeram o Paraná assumir o Poder.

Então aqueles que se fizeram do Paraná, não aceitam, não concordam. Daí estas críticas até absurdas para um Governo que não tem um mês que está implantado no Estado do Paraná.

Ouvimos há pouco as críticas formuladas pelo eminente Líder da Bancada do PDS, Deputado Luiz Alberto. Por certo, oportunamente, seu discurso será respondido. Alguns tópicos, se Vossa Excelência permitir, abordaremos. Outros, em contraponto. Mas, iniciamos falando de alguns assuntos que o eminente Líder da Bancada do PDS não citou. Escondeu-se atrás de fatos que estão a ocorrer neste País por culpa única e exclusiva do Governo defendido pelo PDS. o tumulto, os saques, a desordem, levaram ao caos a vida de São Paulo, nesta semana. Situação que aprofundou a preocupação de todo o País, por indicar um clima de tensão social que pode se agravar e se alastrar. E mais, criar certas condições que permitem a intervenção política de grupos interessados na desestabilização de novos governos do PMDB e do processo geral de redemocratização do Brasil.

O pano de fundo de tudo isso ...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — ... é a crise econômica, social e política que estamos vivendo ...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Nada disso aconteceria se não

tivéssemos um grande índice de desemprego. O rebaixamento real dos salários dos trabalhadores, a elevação constante do custo de vida; a deterioração, as condições de vida e o trabalho dos brasileiros.

Isto, eminente Líder da bancada do PDS, não citou...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — ...isso que foi feito pelo PDS, pelo Governo de Vossas Excelências ...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Oportunamente, concederei. Já não cedi o aparte a Vossa Excelência porque eu teria um tempo limitado. Se houver tempo, concederei o aparte.

Não somos nós que fazemos esta análise. Ela é óbvia e admitida mesmo pelos empresários nacionais, que atribuem à atual política econômica do Governo Federal, do Governo de Vossa Excelências, a promover a recessão e manter os juros em patamares elevadíssimos; a principal responsabilidade, pelo desemprego no País.

Existe grande descontentamento em amplas camadas da população; sem esperanças ou perspectivas e boa parcela acredita que nada mais tem a perder. É isto que explica, os eventuais êxitos de agitadores, nos acontecimentos de São Paulo ...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Um instantinho, por favor.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência vai conceder aparte, ou não vai?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Já disse a Vossa Excelência que oportunamente, o farei, Excelência. Vossa Excelência que prima pela tranquilidade, porque é que está perdendo a tranquilidade?

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Se Vossa Excelência não conceder o aparte, nós nos calaremos e ouviremos o discurso de Vossa Excelência.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Não, não. Concederei o aparte.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Se Vossa Excelência entender que esta é uma casa democrática, queremos dialogar com Vossa Excelência.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Entre uma e outra intervenção, vimos ontem na "Folha de São Paulo", fotografias em série de um mesmo agitador em diversos pontos da cidade. Entre uma e outra intervenção, ele foi preso. A Secretaria da Segurança Pública de São Paulo investiga este e outros casos de infiltração de pessoas que agiram impunemente. Mas o importante é constatar, que nenhum agitador teria sucesso, não tivéssemos nesta situação que joga sobre os ombros dos trabalhadores os ônus mais pesados da crise econômica, proporcionada pelo Governo do PDS. O desemprego na região metropolitana de São Paulo, vem aumentando mês a mês. Atingindo em fevereiro cerca de 700 mil trabalhadores, segundo estimativa do DIERV. Mas esta não é uma situação isolada. E é isto que nos preocupa ainda mais.

Também a economia paranaense foi duramente atingida pela recessão ...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — ... pelas imposições da política econômica e vigente. No Paraná, a mesma crise e a mesma política, produziram efeitos terríveis para os trabalhadores. Do desemprego em massa, a migração de grande parcela de mão-de-obra, para outros centros. Para se ter uma idéia, em...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Já concederei. Em 1978, a indústria da construção civil em Curitiba empregava cerca de 30 mil trabalhadores. Hoje este número está reduzido há pouco mais da metade. E os empresários do setor informam que se não houver modificações na política para o setor, há possibilidade de paralisação quase que total desta atividade que é grande empregador em nossa região metropolitana, e cerca de 15 mil trabalhadores sejam despedidos nos próximos 30 dias. O índice geral de desemprego no Estado, é muito preocupante. Calcula-se que cerca de 10,5 por cento da população, economicamente ativa, está desempregada. ...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Pela ordem, concedo o aparte ao eminente Líder da bancada do PDS.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Agradeço a Vossa Excelência a concessão do aparte. E perguntaria a Vossa Excelência, o Deputado Aurélio, Deputado Federal, Aurélio ...

O SR. FERRARI JÚNIOR — Só um instantinho, por favor. Pediria aos eminentes Deputados, por favor; por favor, silêncio, para que eu possa ouvir o aparte do Líder.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Sr. Presidente, o eminente Deputado solicita que Vossa Excelência tome providências com relação aos seus companheiros de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa solicita aos senhores eminentes Deputados que se encontram fora dos seus lugares, que permaneçam tranquilos para que o orador possa fazer uso do seu horário na tribuna.

O SR. RUBENS BUENO — Solicito a Vossa Excelência a verificação de "quorum".

O SR. FERRARI JÚNIOR — Que o tempo seja descontado, Sr. Presidente, porque daqui a pouco se completam os 30 minutos. E quero debater com a Bancada do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa recebe a questão de ordem do Deputado Rubens Bueno, solicitando ao mesmo tempo escusas ao Deputado que ocupa a tribuna e fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) — O Regimento não permite que Vossa Excelência tome tal atitude, interrompa o Deputado que está na tribuna. Provavelmente, o Deputado Rubens Bueno não conhece o Regimento da Casa para tomar tal atitude, que é deselegante, inclusive, com o seu companheiro de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Deputado Luiz Alberto de Oliveira, Líder do PDS, temos que ter 20 Deputados, para o funcionamento da Casa, regimentalmente. E assim sendo, procede a questão de ordem do Deputado Rubens Bueno.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Só poderia desde que acompanhada de verificação de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pode ser solicitada chamada nominal, ainda que seja uma falta de cortesia para o Deputado que ocupa a tribuna.

O SR. RUBENS BUENO (Pela ordem) — Só quero levantar ao ilustre Deputado Luiz Alberto, que tem memória curta, que ainda na semana passada utilizou-se do mesmo expediente quando tinha orador na tribuna. E quero lembrar ainda que ele desconhece o Regimento interno quando se dirige a Vossa Excelência, sentado na poltrona.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço, Sr. Presidente Nestor Baptista. Realmente requeri em ocasião anterior a chamada nominal, quando um eminente Vice-Líder do PDS estava ocupando a tribuna, exatamente para que os Deputados eminentes do PMDB, pudessem vir ao plenário, porque naquele momento os Deputados do PMDB estavam passeando nos corredores da Casa e a razão de haver solicitado a chamada nominal, foi para que pudessem ouvir uma denúncia que o Deputado Tércio Albuquerque, apresentava naquele ocasião, na tribuna da Assembléia Legislativa.

O SR. PRSEIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência solicita ao senhor 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(O Sr. 1º Secretário procede a chamada nominal) — 22 Srs. Deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE — 22 Srs. Deputados responderam à chamada. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) —

Apenas para solicitar que Vossa Excelência registre nos Anais da Casa, a visita muito honrosa para esta Casa, de uma ilustre mestra do Paraná, a Professora Eliete de Macedo Nery, neta de um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná, e professora das mais ilustres do nosso Estado, que tem contribuído, ao longo de mais de 20 anos, com a educação de centenas de milhares de jovens paranaenses.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra e apenas esclarece que, de acordo com a Constituição Estadual, o artigo 18: "A Assembléia só poderá funcionar com a presença de, pelo menos um terço de seus membros". Daí ter procedência o pedido de chamada nominal, repetindo-se, ainda que com falta de cortesia para com o Deputado que ocupa a tribuna, que continua fazendo uso da palavra. Vossa Excelência terá 20 minutos ainda para usar da tribuna.

O SR. FERRARI JÚNIOR — O Deputado Luiz Alberto tem o aparte.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência quando analisava os graves acontecimentos de São Paulo, dizia que a culpa era do PDS. Mas, Vossa Excelência se esquece de dizer que o Deputado que promoveu o 1º Encontro foi o Deputado Aurélio Peres.

E Vossa Excelência sabe que o Deputado Aurélio Peres é do seu Partido, o PMDB. E mais, o insuspeito jornal "O Estado de São Paulo" entende que Sua Excelência, além de compartilhar com Vossa Excelência no partido da Oposição, também é membro do "Partido Comunista do Brasil". É a declaração do jornal "O Estado de São Paulo".

Vossa Excelência, se quiser analisar as causas do desemprego, não vai poder culpar o PDS, por exemplo, pelo desemprego nas nações mais adiantadas do mundo como na Europa, como nos Estados Unidos...



O SR. FERRARI JÚNIOR — Vamos culpar o Governo.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — ... como Vossa Excelência também, não vai poder culpar o PMDB, que era Governo na Guanabara, pelo maior índice de desemprego deste País, proporcionalmente.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Tem a origem, Excelência. Estou me referindo à origem.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Nem Vossa Excelência vai culpar, ou vai culpar, o desemprego que começa a grassar no Paraná, em razão das atitudes do Governador José Richa?

Ainda há pouco, esta Assembléia registrou a presença da Professora Eliete Macedo, uma, também, das desempregadas do Governo José Richa, que visita esta Casa, e cujo nome e cuja honradez ficaram registrados pela palavra do nosso Presidente, e que também esta professora foi exonerada das suas funções, pelo Governador José Richa.

Então, realmente não consigo entender o pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Muito bem Excelência.

Fico muito grato com o seu aparte. Vossa Excelência entende, sim, Vossa Excelência é inteligente bastante para entender, e entende o que Vossa Excelência não quer é dizer, claro!

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Agradeço a Vossa Excelência a bondade do juízo que tem o meu respeito.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Entender, o que Vossa Excelência não quer, é dizer! Isto é outra conversa! Mas eu fico muito grato pelo aparte de Vossa Excelência, que veio trazer um brilhantismo realmente muito grande, ao nosso pronunciamento. Agora só espero que, quando se anuncia, como os jornais de hoje estão a anunciar o índice da inflação de 10 (alguma coisa) por cento que, se mantido, nos levará a uma inflação de 120 por cento, pior que a inflação do Governo João Goulart, o Governo derrubado pela redentora Revolução — espero que também não venham a culpar o PMDB.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — E Vossa Excelência quer combater a inflação com a recessão, com o desemprego?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Excelência, o que eu disse, entender, Vossa Excelência entende, o que Vossa Excelência não quer, é dizer.

O índice geral de desemprego que Vossa Excelência fala, aqui no Estado do Paraná é muito preocupante. Calcula-se que cerca de 10,6 por cento da população economicamente ativa, está desempregada. Só em janeiro...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Por favor, Excelência, assim vira uma rachadura. Eu preciso concluir...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — É que Vossa Excelência quer comparar com outros dados, de outras regiões metropolitanas do País, por exemplo. A região metropolitana do Paraná é a que apresenta o menor índice de desemprego...

O SR. FERRARI JÚNIOR — ... só em janeiro, no Estado do Paraná, foram demitidos 44.228 trabalhadores em todo o Estado. Ao lado do desemprego, aumenta o subemprego, comprime-se o salário e o custo de vida vai se tornando impossível e vai se tornando, conseqüentemente, impossível a sobrevivência das famílias paranaenses; o resultado é o aprofundamento da crise social, do aumento da marginalidade, da criminalidade, da ampliação do clima de tensão social.

O Governo do Estado está extremamente preocupado com este quadro. Ontem, inclusive, reuniu os dirigentes empresariais e de trabalhadores, para analisar esta situação. Agora, há

pouco, falava-se que o Governador José Richa não havia feito absolutamente nada; agora estamos dizendo ao Sr. Líder do PDS, que fez o discurso, que o Governo do Estado do Paraná, extremamente preocupado com este quadro, reuniu-se ontem com dirigentes empresariais e trabalhadores, para analisar esta situação, e vê, como única solução, o relançamento da economia nos setores que mais utilizam mão-de-obra...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Estimo saber que o Governador José Richa está extremamente preocupado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — ... entre eles, com prioridade, o setor da construção civil. Lembro o eminente Líder do PDS, da Bancada do PDS, que usou da palavra por 30 minutos e eu não o incomodei em nenhum instante, espero que esta cortesia seja recíproca.

(Diante de manifestações e pedidos simultâneos de apertes)

Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que me assegure a palavra. A Bancada do PDS hoje está irrequieta não sei o que está acontecendo. Parece que não pode ouvir a verdade, fica toda ouriçada.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Mas sabem os Srs. Deputado que o Estado tem um poder mínimo de intervenção nesse quadro.

Com o orçamento comprometido, com as iniciativas na construção civil, dependendo de um órgão de controle central que repasse recursos para projetos - o Sistema Nacional de Habitação, BNH, fica o Governo Estadual dependendo da sensibilidade do Governo Federal para esta questão.

É esta a razão da audiência pedida pelo Governador José Richa ao Presidente Figueiredo: levar o quadro da situação paranaense, para demonstrar que, sem flexões na política econômica do País, entraremos por um período de comoções sociais talvez incontroláveis. E tenham certeza os senhores, não perderá com isso apenas o Governo do Paraná, se é o que acreditam aqueles que torcem para que o Governador José Richa enfrente dificuldades. Perdedores todos nós, perderá o Paraná, acabaremos perdendo as conquistas democráticas aqui realizadas.

E o futuro se torna incerto. Essa preocupação já foi exposta aos empresários e trabalhadores. E o Governo aconselha paciência, ponderação e um esforço comum, para enfrentar com a participação democrática de todos os problemas que a crise econômica nos impõe.

E esperamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Paraná não seja palco de tumultos sociais como aqueles que registramos nesta semana em São Paulo e que se reproduz em todo o País, periodicamente, especialmente no Nordeste.

Tenham certeza, o Governador José Richa envidará todos os esforços para ampliar o bem-estar social, para reduzir o desemprego, para oferecer melhores oportunidades de vida e trabalho para todos os paranaenses.

Dependemos de uma atitude nova do Governo Federal, preocupamo-nos com a afirmação do Ministro Delfim Neto, que reafirmou nesses dias a indisposição para modificar a política econômica. Mas ainda temos esperanças de que os fatos de São Paulo tenham alertado e sensibilizado politicamente a direção política nacional, que o Governa o País.

Pois, como disse, se nada mudar na política econômica nacional, todos perderemos. E estará instalado um período de incertezas, cuja grande responsabilidade deve ser atribuída aos que arquitetaram e executaram a política que nos conduziu à situação atual.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Concedo a palavra



ao Sr. Deputado Rubens Bueno, ainda no Horário da Liderança do PMDB, por 11 minutos e 30 segundos.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Paraná vem sendo saudado como Estado responsável pela produção de dois fatores básicos para a moderna economia brasileira. Dois fatores essenciais, inclusive, para qualquer plano de superação da profunda crise que vivemos. Alimentos e energia.

Esta condição deveria supor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um Estado valorizado em todos os planos. Mas a realidade é a de um Paraná espoliado em seus recursos, explorado no trabalho de sua gente, sangrando continuamente em suas maiores riquezas.

Acreditamos que devemos iniciar um novo período histórico. Em que o Paraná seja respeitado em seus direitos e faça valer a pujança da sua economia e de sua força de trabalho. Esta é uma tarefa de todas as forças políticas realmente interessadas em nosso progresso, empenhadas em fazer do Paraná um grande produtor de alimentos, de energia e de bem-estar social para toda a sua população.

Mas há muito que fazer. Tomaremos aqui o exemplo da questão energética para demonstrar o quanto este Paraná é subjugado em seus direitos e interesses. E pretendemos retomar uma bandeira de luta importante, que deve unir todos os paranaenses: o pagamento de "royalties" pela energia gerada em Itaipu.

Srs. Deputados. De 1980 a janeiro de 1983, a Secretaria Especial de Controle das Estatais — SEST, autorizou investimentos na hidrelétrica de Itaipu, no valor de Cr\$ . . . . . 445.267.100.000,00.

Esta informação é do Ministro das Minas e Energia, César Cals, que, segundo o jornal "Estado de São Paulo", de 16 de janeiro de 1983, "não soube precisar o volume de recursos dispendidos pela binacional, além do que foi aprovado pela SEST, nem o dispêndio efetuado por ela, Itaipu, antes de 1980, quando a SEST começou a controlar os gastos estatais".

O Ministro César Cals revelou que 1983 é o segundo ano consecutivo em que os tetos de investimentos das estatais — incluindo Itaipu — ficam abaixo dos índices anuais da inflação. O que se deve à queda do consumo de energia elétrica a partir do final de 1980, explicando-se assim a redução no ritmo de construção das usinas hidrelétricas.

Estranhamente, Srs. Deputados, em 1981, segundo os dados oficiais, o investimento de Itaipu, cresceu em 235 por cento, enquanto os da ELETROBRÁS tiveram um crescimento nominal de oito por cento. E dizemos estranhamente, Sr. Presidente, porque todos sabem que em 1981 o crescimento do consumo de energia elétrica foi de apenas três por cento, enquanto o Governo esperava onze por cento.

Isso determinou que a partir de 1982, fosse alterada a política de investimentos no setor elétrico, com um corte de 10 por cento nos orçamentos das usinas em construção e de 12 por cento em 1983.

Ao inaugurar a barragem de Itaipu, em 05 de novembro de 1982, o Presidente João Figueiredo afirmou que "os governos do Brasil e do Paraguai souberam transformar uma dádiva da natureza em área de convergência de interesses mútuos, em fonte geradora de energia elétrica, para beneficiar a qualidade de vida dos dois povos".

Estas solenes declarações estão muito distantes da realidade, Srs. Deputados.

No mesmo dia o Deputado Federal Hélio Duque dizia à "Folha de Londrina", com base no estudo realizado pela Milder Kaiser Engenharia S/A, por solicitação da COPEL, que "houve falta de planejamento e enorme desperdício no aproveitamento do potencial hidrelétrico do Paraná com resultados economicamente perversos e medíocres".

Os investimentos na construção de hidrelétricas no Paraná, estão por volta de US\$ 25 bilhões — mais de 25 por cento do total de nossa dívida externa, sem nenhum resultado positivo para a economia paranaense.

O estudo feito pela Milder Kaiser custou Cr\$ 16,7 milhões à COPEL, e foi encomendado pela Ordem de Serviço número 007, de 05 de maio de 1982.

Esse estudo, Sr. Presidente, revelou que em 1983 o Estado terá um excesso superior a 5 milhões de quilowatts e que em 1988 o excesso será de 10 milhões de quilowatts. De toda energia aqui gerada, o Paraná consumirá menos de 20 por cento. O restante será exportado para outras regiões do País, sendo que o nosso Estado não receberá nenhum centavo.

A partir de 1983, Srs. Deputados, a exportação desta energia representará mais de US\$ 500 milhões anuais, e a partir de 1987 mais de US\$ 1 bilhão, sem que o Paraná tenha benefício algum.

Muito pelo contrário, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No caso de Itaipu, a perda de receita tributária pelos municípios afetados por inundações será em média de 8,5 por cento. Mas, alguns serão mais duramente castigados, como São Miguel do Iguaçu em 21 por cento; Santa Helena com 26 por cento e Foz do Iguaçu com 31,2 por cento.

Em termos mais amplos, os projetos hidrelétricos existentes ou a construir no Paraná, representam uma queda de Cr\$10 bilhões anuais na produção agrícola e na receita do ICM.

O estudo realizado pela Milder Kaiser demonstra que o prosseguimento dessa política energética até 1995, provocará a inundação de 6.432,50 km<sup>2</sup>, e que tradicionalmente produzem soja, feijão, arroz, milho, café e outras culturas de grande valor econômico.

Mais do que isso, Srs. Deputados, a construção de Itaipu inviabilizou o futuro econômico de uma vasta região do Estado que não participa dos lucros do empreendimento e é obrigado a assumir todos os custos sociais desta obra tão perversa para a nossa economia.

Por estas razões, Srs. Deputados, apoiamos integralmente o projeto do Deputado Hélio Duque, que determina o pagamento de "royalties" para o Estado à razão de quatro por cento e de um por cento para os municípios que tiveram áreas inundadas. Esses "royalties" seriam calculados sobre os quilowatts gerados por Itaipu, representando uma PEQUENÍSSIMA retribuição às perdas sofridas pelo nosso Estado com a construção de Itaipu, sem falar na incontestável e significativa contribuição que o Paraná sempre deu à economia nacional e que continuará dando, apesar dos desacertos e das injustiças que tem sofrido ao longo dos últimos catorze anos.

Prossigo, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Achamos importante e oportuno um pronunciamento firme desta Casa, porque no dia 30 de setembro de 1982, no acesso da campanha eleitoral, oral

quando todas as promessas eram permitidas aos detentores do poder, o Ministro das Minas e Energia, César Cals apoiou publicamente, pela televisão, a campanha realizada pela "Gazeta do Povo" e que sem dúvida expressa os anseios de todo o Paraná".

Também em setembro de 1982, em pronunciamento de grande repercussão, feito aqui mesmo nesta Casa, o diretor da "Gazeta do Povo", jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, dizia que o Paraná está absorvendo todos os prejuízos de clópias hidrelétricas, cuja produção de energia elétrica vai beneficiar a quase totalidade dos outros Estados.

Dizia então o ilustre jornalista:

"Se todos os projetos programados para os Rios Paraná e Paranapanema forem executados até 1990, o Paraná terá uma cadeia de lagos estendendo-se ao longo de 703 quilômetros de suas divisas com São Paulo, Mato Grosso do Sul e o Paraguai. Somente com estas represas, mais de 300 mil hectares de terras férteis serão inundados, sendo que ao preço de hoje —

setembro de 1982 — valeriam cerca de \$ 300 bilhões. Ao todo, mais de 6 por cento do total de terras férteis serão cobertas pelas águas para a produção de energia elétrica ao final dos projetos em andamento ou a executar”.

Após as eleições as promessas do Ministro César Cals caíram no esquecimento e nada se fez para a concretização das justas reivindicações do Paraná. O que pretendemos fazer agora, com o apoio desta Casa, que solicitamos a todos os Srs. Deputados, ao projeto do Deputado Hélio Duque.

Esta questão, Srs. Deputados, é de grande interesse para o nosso Estado, pedimos que todos ofereçam este apoio segundo a consciência de representantes do povo paranaense. Estou certo que esta Casa se comportará à altura”.

**O Sr. Augusto Carneiro** — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Agradeço, nobre Deputado. Quero dizer que quando insistia ainda com o primeiro orador, no Horário da Liderança era porque, no início, permitia-me meio minuto só para abordar o assunto, no início da fala do Deputado Ferrari Júnior, ele dizia que estranhava a conduta da bancada do meu partido em fazer críticas. Quero deixar bem claro que não existe tempo para crítica. O tempo de crítica é o tempo que se faz necessário. É o tempo em que esboço de erros, ou erros concretos, acontecem. Este é o tempo da crítica.

Por isso que nossa bancada, através de alguns elementos, têm se manifestado. Compreendemos o dever e até a obrigação da oposição fazer críticas em qualquer nível.

O fato de no resto do pronunciamento do Deputado em querer atribuir ao PDS a responsabilidade do desemprego no Brasil ou em qualquer lugar do mundo, todos sabemos perfeitamente de que não é partido político responsável por uma situação econômica difícil que o mundo atravessa. Ou então todos os partidos políticos são. A comunidade no seu todo é que deve se somar para amenizar este sério problema.

Com referência ao pronunciamento de Vossa Excelência, quero parabenizar porque Vossa Excelência traz à tribuna um tema importante, discordando apenas que devemos separar em dois aspectos. O interesse nacional é um. Quando o Presidente Figueiredo dizia que a Itaipu seria a redenção do Brasil e do Paraguai, estava falando a verdade, porque esta grande usina é de grande interesse nacional.

Agora o interesse do Paraná é outro. O Paraná que tem suas terras perdidas, suas terras produtivas perdidas e submersas na água, é preciso que tomemos atitudes. Este, o outro aspecto. Para isto lembra a conduta do Senador Mattos Leão. Quando o Senador estava no interesse nacional, defendeu com afinco a construção de Itaipu. Porém hoje, como paranaense, deve também defender o interesse que o Paraná tem, de receber ‘royalties’, se possível, do Governo Federal. Nisto estamos juntos e é preciso todos os paranaenses se somarem no interesse paranaense, sem deixar de reconhecer o grande mérito ao interesse nacional da construção de Itaipu.

Diria também de que aqui nesta Assembléia já se debateu sobre este assunto, quando a “Gazeta do Povo”, através do Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho trouxe aqui, foi até convidado desta Casa para vir expor sua idéia e teve a aprovação por unanimidade de todas as bancadas.

Quero me parabenizar com Vossa Excelência e dizer que neste aspecto de defesa do Paraná, em torno da situação de Itaipu não há discordância de partido e nem de todos nós paranaenses.

Muito obrigado.

**O SR. RUBENS BUENO** — Agradeço o aparte, nobre Deputado, lembrando que muitas coisas aconteceram com o Paraná, com relação ao Governo Federal, foi pela inércia da bancada do seu partido, segundo as palavras do nobre Deputado Gabriel Manoel.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** — (Nestor Baptista) Esta Presidência registra com satisfação a presença, nesta Casa, do Vereador de Paranaguá, Massami Takayama.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 30 Srs. Deputados.

De acordo com a chamada nominal, solicitada anteriormente, 23 Srs. Deputados responderam à chamada. Não há “quorum” para votação, somente para prosseguimento da sessão.

**O SR. AUGUSTO CARNEIRO** — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro novamente a chamada nominal, para verificarmos se ainda há “quorum” para a continuidade dos trabalhos ou há “quorum” para votação da matéria. Já que vamos iniciar a votação, acho oportuno então fazer nova chamada nominal.

**O SR. PRESIDENTE** — (Nestor Baptista) A Mesa defere a Questão de ordem levantada por Vossa Excelência e solicita ao 1.º Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

**O SR. 1.º Secretário** — (Faz a chamada)

**O SR. PRESIDENTE** — (Nestor Baptista) Responderam à chamada nominal 20 Srs. Deputados.

Não há quorum para votação, somente para prosseguimento da sessão.

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 140/82, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a CASA DO AGASALHO, com sede e foro em Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

#### PROJETO DE LEI Nº 140/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CASA DO AGASALHO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, presta relevantes serviços na área de assistência social à comunidade desta Capital.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos na legislação estadual, pertinente à matéria.

Com isso apresentamos o presente plano de lei que esperamos receba o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 140/82

#### PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a CASA DO AGASALHO, com sede em Curitiba.

O processo obedece aos ditames regimentais inexistindo óbices de ordem constitucional ou legal capazes de impedir sua tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, somos de opinião favorável à aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente  
WERNER WANDERER — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando informações ao Sr. Presidente da FUNDEPAR, sobre quais as Prefeituras Municipais que receberam auxílio aos pagamentos de professoras através da FUNDEPAR, no presente exercício e as que prestaram contas referentes ao ano anterior. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando informações ao Sr. Secretário dos Transportes, sobre quais os municípios do Paraná que receberam a Verba PROSAFRA e os que prestaram conta referente ao exercício anterior. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sr.<sup>a</sup> Secretária da Educação, encarecendo uma construção e instalação de Curso de 1.<sup>o</sup> Grau nos Distritos de São José e Nova Amoreira. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de prédio próprio para funcionamento do Posto Policial no Distrito de Mauá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde Pública do Paraná, encarecendo a construção de prédio próprio e o funcionamento imediato do Posto de Saúde no Distrito de Mauá. — **Encerrada a discussão.**

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Para solicitar a Vossa Excelência para registrar a presença muito honrosa nesta Casa do ilustre médico e prefeito de Palmas, Dr. José Maria Araújo.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa registra.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando a transcrição na ata dos trabalhos desta Casa no dia de hoje, do artigo intitulado "Comunidade recupera rio", do jornalista Antônio Luiz de Matos, publicado no jornal "Folha de Londrina" de 05 de março de 1983. - **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 140/82.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 139/82.

Levanta-se a sessão.